SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS **7**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **9**

PREFÁCIO **17**

APRESENTAÇÃO **21**

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO **23**

CAPÍTULO 2
O DIREITO: CONCEITO E FUNÇÕES. OS PRINCIPAIS SISTEMAS JURÍDICOS DA ATUALIDADE **27**

2.1. A vida em sociedade e a necessidade do Direito 27

2.2. O conceito de Direito 33

2.2.1. Conclusões parciais 53

2.3. Funções do Direito 54

2.3.1. Função de controle social 55

2.3.2. Função de orientação social 59

2.3.3. Função repressiva e garantista 60

2.3.4. Função de prevenção e solução de conflitos de interesses: paz social 61

2.3.5. Função de propiciar segurança jurídica 64

2.3.6. Função de legitimação do poder social 65

2.3.7. Função de traduzir a vontade social 66

2.3.8. Função promocional 67

2.3.9. Funções educativa, conservadora e transformadora 69

2.3.10. Função de realização da justiça 74

2.3.11. Função de promoção do bem comum 78

2.3.12. Função social 81

2.3.13. Função de estabelecer a igualdade entre as pessoas 82
2.3.14. Função ideológica do Direito 84
2.4. Principais sistemas jurídicos da atualidade 88
2.4.1. Sistema do civil law (família romano-germânica) 90
2.4.2. Sistema do common law (família anglo-saxão) 91
2.4.3. Sistema nos países socialistas 98
2.4.4. Sistema nas teocracias 98
2.4.5. Sistemas do common law e do civil law: movimento de aproximação 100
2.5. Conclusões parciais 106

CAPÍTULO 3
DA CODIFICAÇÃO AO SISTEMA. DO SISTEMA AOS MICROSSISTEMAS 109
3.1. Fontes do Direito 109
3.1.1. Das fontes do Direito em espécie 112
3.1.1.1 Constituição 113
3.1.1.2. Lei 116
3.1.1.3. Princípios gerais de direito e princípios 118
3.1.1.4. Costume 124
3.1.1.5. Jurisprudência 125
3.1.1.6. Tratados e convenções internacionais 126
3.1.1.7. Convenção e acordo coletivo de trabalho 129
3.1.1.8. Sentença normativa 130
3.1.1.9. Regimento interno dos tribunais 131
3.1.1.10. Doutrina 131
3.1.1.11. Direito comparado 132
3.2. Hierarquia das fontes: breves considerações 133
3.3. Da codificação 135
3.4. Da codificação ao sistema 144
3.5. Do sistema aos microssistemas 165

CAPÍTULO 4
EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS. ANTINOMIAS E LACUNAS: MEIOS DE SOLUÇÃO. A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO DAS FONTES 181

4.1. Eficácia e efetividade: breves noções 181
4.2. Eficácia e efetividade das normas trabalhistas e a síndrome do seu descumprimento 192
4.3. Antinomia jurídica 205
4.4. As lacunas da lei 219
4.4.1. Meios de integração de lacunas 227
4.5. O direito processual do trabalho: antinomias e lacunas 237
4.6. Diálogo das fontes: solução de antinomias e colmatação de lacunas no direito processual do trabalho 240
4.6.1. Noções gerais 240
4.6.2. Critérios condutores do diálogo das fontes 248
4.6.3. Formas de diálogo das fontes 262
4.6.4. O diálogo das fontes, as cláusulas gerais e os conceitos indeterminados 274
4.6.5. Diálogo das fontes na jurisprudência 285
4.7. Conclusões parciais 291

CAPÍTULO 5
O MICROSSISTEMA DE DIREITO PROCESSUAL METAINDIVIDUAL DO TRABALHO: FORMAÇÃO À LUZ DA TÉCNICA DO DIÁLOGO DAS FONTES 295

5.1. Introdução 295
5.2. Microssistema do direito processual metaindividual do trabalho: composição 301
5.3. Ação coletiva. Processo coletivo. Jurisdição coletiva 305
5.4. Direitos metaindividuais: difusos, coletivos e individuais homogêneos. Definição 311
5.5. Escopos do processo coletivo 318
5.6. Os princípios do microssistema do direito processual metaindividual do trabalho 337

5.6.1. Princípios constitucionais 338
5.6.2. Princípios infraconstitucionais 354
5.7. A interpretação das normas que compõem o microssistema de direito processual metaindividual do trabalho 385
5.8. Problemas centrais do processo coletivo 391
5.8.1. Legitimação para a ação coletiva 392
5.8.2. Competência 400
5.8.2.1. Limites territoriais da coisa julgada 402
5.8.3. Conexão, continência e litispendência 406
5.8.3.1. Conexão e continência entre ações coletivas e entre ação coletiva e ação individual 407
5.8.4.2. Litispendência 412
5.8.4. Litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiro 423
5.8.5. Alteração da causa de pedir e do pedido 425
5.8.6. Arguição de prescrição 428
5.8.7. Acordo. Renúncia. Desistência 432
5.8.8. Das provas 441
5.8.9. Tutelas provisórias 448
5.8.10. Tutela específica 458
5.8.12. Amicus curiae 466
5.8.13. Audiência pública 470
5.8.14. Decisão coletiva 475
5.8.15. Recursos 478
5.8.16. Recursos repetitivos 480
5.8.17. Coisa julgada 505
5.8.19. Liquidação e execução de decisão coletiva 523
5.8.20. Ações repetitivas e ações coletivas. Incidente de resolução de demandas repetitivas 534
5.9. A solução de conflitos metaindividuais no direito estrangeiro: breves considerações 538

5.10. A suficiência do microssistema de direito processual metaindividual do trabalho para a adequada e efetiva tutela dos direitos trabalhistas de dimensão coletiva, à luz da técnica do diálogo das fontes 566

CAPÍTULO 6
CONCLUSÃO 577

REFERÊNCIAS 587